

Calim acumula provas contra ACM

São Paulo — O empresário Calim Eid, coordenador da campanha do deputado Paulo Maluf à Presidência da República, afirmou ontem que dispõe de um dossiê com provas de que o ex-governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães, obteve uma série de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a juros de 35 por cento ao ano, sem correção monetária, para empresas de sua propriedade dirigidas por "testas de ferro".

— Não é possível que com a inflação superior a 200 por cento ao ano e o povo sendo sacrificado, haja pessoas usufruindo desta maneira do dinheiro do governo. Antonio Carlos Magalhães está criando um clima de terror usando exatamente pessoas que tem no governo, principalmente no BNDES, que antes de conceder empréstimos não consultam Brasília e sim vão a Bahia ouvir o ex-governador, afirmou Calim.

O ex-chefe da Casa Civil do governo Maluf disse ainda que Antônio Carlos Magalhães "não resiste a uma fiscalização do Imposto de Renda" e desafiou-o a apresentar provas de corrupção envolvendo o nome do candidato do PDS.

NOVO PROCESSO

Por orientação de Calim Eid, coordenador da campanha de Paulo Maluf à Presidência da República, o libanês Negib Kaissar Maalouf, diretor da Eucatex e primo do ex-governador, designou o advogado J.B. Viana de Moraes — um dos mais conhecidos criminalistas de São Paulo — para processar o empreiteiro Armando Ferraz de Almeida Prado. O nome cogitado antes era o de José

Aranha, advogado contratado por Maluf para processar o ex-governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, que não foi confirmado por que se sentiu "de certa forma impedido".

Exibindo três cheques e uma nota promissória emitidos em 1981, no valor de mais de Cr\$ 6 milhões, o empreiteiro acusou Nagib quinta-feira passada, perante a Comissão Especial de Inquérito que apura irregularidades nos governos Maluf e José Maria Marin, de ter recebido comissões de dez por cento sobre valores de contratos de obras públicas estaduais que executou entre 1980 e 1982.

— Vou fazer tudo a meu alcance para condenar Armando de Almeida Prado e posso provar que os cheques que ele mostrou foram para o pagamento dos Cr\$ 5 milhões que ele me devia pela compra de um sítio em Juquitiba — disse hoje Maalouf.

Nagib sustenta que Armando lhe deve 20 mil dólares e apresentou um pequeno pedaço de papel datado de 10 de dezembro de 1981, com a inscrição "pago", o valor por extenso e uma assinatura que afirma ser do empreiteiro. O papel foi entregue ao instituto de criminalística sexta-feira passada, onde Armando fez exames grafotécnicos, e os resultados serão conhecidos hoje ou quando a CEI volta a se reunir.

Armando de Almeida Prado, por sua vez, desafiou Nagib Maalouf a autorizar a CEI a investigar as contas bancárias que ambos mantiveram durante os três anos e meio do governo Maluf. O empreiteiro afirmou que só assim poderá demonstrar que várias vezes pagou comissões a Nagib com cheques ao portador.